

## ANFIP apoia petição pública por recomposição salarial

A ANFIP apoia manifesto dos Auditores-Fiscais em prol do reajuste salarial para a categoria. A ação faz parte da campanha salarial 2012. A petição pode ser assinada pela internet, com acesso pelo banner no site da Associação.

O documento será enviado à

presidente da República e menciona a importância dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil para o funcionamento do Estado brasileiro.

Sem reajuste desde 2008, os Auditores-Fiscais reivindicam que seja apresentada e concretizada uma

proposta de recomposição salarial condizente para a categoria. As entidades representativas apresentaram ao governo um pedido de reajuste de 30,19% no dia 12 de abril. Nova reunião de negociação está marcada para o dia 11 de maio.

### EFD-Social: Secretário da RFB confirma participação em seminário

O secretário da Receita Federal do Brasil, Carlos Alberto Freitas Barreto, confirmou na quinta-feira (3) participação no seminário “Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Previdenciárias e Trabalhistas - EFD-Social”, que será promovido pela ANFIP no próximo dia 23. Ele aceitou o convite feito pelo presidente da Entidade, Álvaro Sólton de França.

O evento vai ser realizado no auditório Freitas Nobre, na Câmara dos Deputados, em Brasília, com participação confirmada também do

subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil, Luiz Alberto dos Santos.

A EFD-Social é um projeto estratégico da RFB e visa a garantir a simplificação necessária para otimizar as obrigações tributárias acessórias e tornar as relações entre os entes do Estado e a sociedade mais dinâmicas. A iniciativa está na fase final de desenvolvimento e, desde o início do projeto, em 2009, conta com forte apoio da ANFIP. O seminário é mais uma iniciativa para divulgar e permitir o debate sobre o projeto.

Atualmente, vários órgãos e entidades do governo federal solicitam aos contribuintes as mais diversas declarações, sem um desejável intercâmbio entre si, resultando, muitas vezes, em multiplicidade de envio da mesma informação ao Estado.

A EFD-Social chega exatamente para promover esse intercâmbio, permitindo a centralização de dados relativos ao trabalho no Brasil. O projeto vai centralizar informações, por exemplo, da RFB, INSS, Caixa Econômica e Ministério do Trabalho e Emprego.

### ANFIP busca ampliar benefícios aos associados

O presidente da ANFIP, Álvaro Sólton de França, e a vice-presidente de Serviços Assistenciais, Eucélia Maria Agrizzi Mergár, receberam na quarta-feira (2), na sede da entidade, em Brasília, a visita do diretor Executivo da Sestini Corporate Corretora de Seguros, Alceu Germano Sestini, que aproveitou a oportunidade para tratar de assuntos relativos aos benefícios oferecidos aos associados em parceria com o Grupo Sestini.

Inicialmente, foi avaliado o plano de saúde Unimed/ANFIP. No Rio de Janeiro, os usuários podem contar com as clínicas de emergência da Barra da Tijuca e de Copacabana, o que reduz as dificuldades causadas pela rede de atendimento lotada para urgências

e emergências. Além disso, naquela cidade existe a unidade de apoio da Sestini e a regional Afiperj, que atendem as solicitações de autorização. Em São Paulo, uma unidade da Sestini atenderá os usuários em uma sala específica no mesmo prédio da regional Apafisp, com autorização direta no sistema Unimed. Em São Luís (MA), foi restabelecido o atendimento no hospital da rede diferenciada. Importante notar que o contrato não prevê autorização de órteses e próteses importadas e que medicamentos são autorizados somente para uso durante a internação hospitalar.

As negociações para a implementação do Seguro Saúde ANFIP Hospitalar, complementar opcional que pode ser contratado por quem já tem

um dos planos Unimed/ANFIP, também estiveram em pauta. Confira na página da ANFIP na internet os slides com detalhes dos planos de saúde Unimed/ANFIP e do novo seguro de saúde.

Melhores cotações em seguro de vida e seguro de automóveis são outros benefícios que a ANFIP oferece em parceria com o Grupo Sestini. Alterações no auxílio funeral estatutariamente previsto também foram tratadas na visita.

O plano de saúde Unimed/ANFIP oferece uma central exclusiva de atendimento que pode esclarecer as dúvidas dos usuários pelo telefone 0800 704 6967. A ANFIP também está sempre disponível para os associados pelo e-mail [assistenciais@anfip.org.br](mailto:assistenciais@anfip.org.br) e telefones 0800 701 6167 e (61) 3251 8100.

## Comitê sobre redução da informalidade se reúne

O Comitê Técnico do projeto "Redução da informalidade por meio do Diálogo Social" realizou na quinta-feira (3), na sede da ANFIP, em Brasília, sua 24ª reunião. As entidades abriram a reunião com informes e também com uma avaliação do II Seminário do Projeto, que ocorreu nos dias 29 e 30 de março em São Paulo.

A coordenadora-geral, Rosane Maia, informou que até o fim de julho deve ser editada uma cartilha sobre economia solidária, com destaque para o cooperativismo, que traz informações sobre essa forma de organização econômica. Ela citou ainda que o Dieese divulgou recentemente uma pesquisa realizada com camelôs de Porto Alegre (RS) para identificar as principais demandas desse segmento, de forma a facilitar a definição de políticas públicas.

Também foi avaliada a primeira reunião do Grupo de Trabalho do Projeto Redução da Informalidade por Meio do Diálogo Social, que ocorreu em novembro na sede do Ministério da Previdência Social (MPS), em Brasília. As entidades ressaltaram o avanço representado pela participação da Caixa Econômica no debate sobre simplificação das obrigações acessórias. A Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Previdenciárias e Trabalhistas também esteve em pauta, assim como o seminário que a ANFIP realizará no próximo dia 23, no auditório Freitas Nobre da Câmara dos Deputados.

A coordenadora-geral apresentou ao comitê relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o patrocinador do projeto, sobre o desenvolvimento das ações. O projeto alcançou uma nota de 3,2, de um total de 4, o que o situa acima da média de outras iniciativas financiadas pela instituição financeira. Rosane ressaltou que o projeto cumpriu a maioria das metas, com uma execução de 50% do orçamento. Ela também fez um balanço do andamento dos projetos-piloto.

Projeto – Em 2009, o projeto “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social” foi criado com o objetivo de contribuir para a redução da informalidade com a construção de redes

locais, nacional e regional, que possam dar visibilidade ao problema e construir propostas de políticas e ações por meio do diálogo social. O Dieese pretende formalizar pequenos empregadores, aqueles que trabalham por conta própria, autônomos, membros de cooperativas e empregados domésticos.

Para tanto, o departamento realizou um estudo preliminar que apontou o panorama da informalidade nas regiões metropolitanas, o que embasou a escolha das regiões para a realização dos projetos-piloto. De acordo com dados apurados, aproximadamente 50% dos trabalhadores ocupados nas localidades selecionadas são informais.

O Dieese dividiu em etapas e definiu quatro grandes áreas para os projetos-piloto: comércio em Porto Alegre, construção civil em Curitiba (PR), confecções no Agreste Pernambucano e área rural em Morrinhos (GO) e Ituporanga (SC).

O projeto é realizado com recursos do BID e conta com uma rede de apoio da qual participam os ministérios da Previdência Social, do Desenvolvimento Social e o do Trabalho e Emprego, OIT, IPEA e Sebrae.

Em 10 de agosto de 2011, por meio da Portaria Interministerial nº 491, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial, com o objetivo de discutir, analisar e avaliar ações do projeto contra a informalidade.

Além da ANFIP, o Grupo de Trabalho conta com representantes dos ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Desenvolvimento Agrário; da Secretaria da Receita Federal do Brasil; do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); da Caixa Econômica Federal; do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); e do Dieese. Também fazem parte as áreas que têm projetos pilotos para redução da informalidade - comércio, construção civil, setor rural e confecções. A ANFIP é, portanto, a única entidade associativa participante do GT.

## ANFIP promove II Concurso de Relatórios Fiscais e de Acórdãos

Prosseguem até 27 de julho as inscrições para o II Concurso de Relatórios Fiscais e de Acórdãos, promovido pela ANFIP. O objetivo é incentivar pesquisas e estudos para propiciar a melhoria da qualidade do Relatório Fiscal (REFISC) e de Acórdãos resultantes das atividades de fiscalização e de decisões administrativas sobre tributos no âmbito do Ministério da Fazenda.

Podem participar do concurso os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, associados ou não à ANFIP. Serão premiados, em cada uma das duas modalidades, os quatro primeiros classificados, na seguinte ordem:

- 1º prêmio: R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais);
- 2º prêmio: R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais);
- 3º prêmio: R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais);
- 4º prêmio: R\$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais).

Os trabalhos deverão versar sobre os seguintes temas:

- Arbitramento de impostos e/ou contribuições decorrentes da não apresentação de documentos e/ou da desconsideração da contabilidade;
- Desconsideração da personalidade ou do negócio jurídico;
- Planejamento tributário abusivo;
- Presunção legal de omissão de receitas e rendimentos;
- Decadência Previdenciária e seus efeitos a partir da Súmula Vinculante de nº 08 do STF – Supremo Tribunal Federal;
- Compensação de impostos e/ou contribuições indevidas;
- Cobrança de contribuições previdenciárias não declaradas e seus reflexos nos demais tributos administrados pela RFB;
- Perdimento de bens importados no âmbito do controle aduaneiro.

A ANFIP vai emitir certificados aos participantes classificados. O resultado do II Concurso de Relatórios Fiscais e de Acórdãos será anunciado até 5 de outubro de 2012.

Visite no site da ANFIP o banner criado para divulgar o evento, onde, além de fazer a inscrição, é possível conferir o regulamento da iniciativa da ANFIP.

## **ANFIP critica previdência do funcionalismo em evento realizado em Natal**

O vice-presidente Executivo da ANFIP, Floriano José Martins, participou nesta quinta-feira (3) de debate sobre previdência complementar do funcionalismo público, como parte da programação de evento em Natal (RN) comemorativo ao Dia do Trabalhador, promovido por diversas entidades representativas de servidores públicos. O secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, Jaime Mariz, também palestrou. O vice-presidente de Assuntos Fiscais da ANFIP, José Roberto Pimentel Teixeira, e a presidente da Estadual da Associação no Rio Grande do Norte – Anofip – Maria Aparecida Fernandes Paes Leme, acompanharam o debate.

O vice-presidente da ANFIP ressaltou que o novo regime de previdência complementar, instituído pela Lei 12.618, de 30 de abril de 2012, não atende o servidor público, pois não garante aposentadoria vitalícia, trazendo insegurança jurídica tanto para os servidores como para a sociedade. Floriano comentou ainda o veto ao projeto no que se refere ao dispositivo que assegurava a inclusão dos participantes na Diretoria do fundo, por meio de processo eleitoral. “Lamentavelmente, a indicação dos membros da Diretoria ficará a mercê de decisão do Conselho Deliberativo, que terá maioria advinda da escolha pelo patrocinador, ou seja, a União.”

Durante a tramitação da lei, a ANFIP fez uma ampla campanha pela rejeição da proposta, que, ao criar o regime de previdência complementar para o serviço público, coloca em risco

o funcionamento do Estado brasileiro, fragiliza as carreiras estratégicas, desestimula o ingresso de profissionais qualificados no serviço público, quebra a solidariedade entre as gerações dos servidores e, por fim, não garante uma aposentadoria digna. A Entidade também elaborou uma cartilha analisando todas as falhas do projeto, quando ele ainda estava em tramitação.

Floriano José afirmou também que não haverá motivação para o ingresso de bons profissionais no serviço público, já que uma das atratividades do setor era, justamente, a aposentadoria diferenciada. “O trabalhador da iniciativa privada tem benefícios como Portabilidade e FGTS, que não existem para o servidor, além de participação nos lucros e outros atrativos. Assim, haverá desestímulo para a entrada e permanência no serviço público. Os que vierem não terão compromisso. Tudo isso exigirá grande esforço de gestão para atrair bons profissionais”, disse.

Ele também apontou o fato de a lei não estabelecer uma regra geral para todos os entes, pois cada estado ou município poderá criar seu fundo de pensão. “Assim, serão criados diversos modelos de plano de benefícios e de custeio. Careceria, portanto, de uma Lei Geral; no nosso entendimento, uma Lei Complementar, disciplinando o assunto.” No Regime Próprio de Previdência Social, a questão era uniforme para todos os entes, por meio da Lei 9.717/98, respaldada posteriormente pelo art. 249 da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional 20/98.

## **Conselho Executivo realiza encontro**

O Conselho Executivo da ANFIP promove reunião ordinária esta semana. Os conselheiros têm pauta cheia para debates, que inclui, entre outros temas:

- Apresentação, discussão e aprovação do Balancete e da Execução Orçamentária referentes aos meses de fevereiro/2012, março/2012 e abril/2012;
- Apresentação e leitura dos Relatórios de Atividades das Vices-

presidências 2011/2012;

- Apresentação do Plano de Ação 2012/2013;

- XXIV Convenção Nacional da ANFIP, que será realizada em maio de 2013 em Manaus (AM).

O encontro do Conselho Executivo vai acontecer em dois dias, na quarta-feira (9) e na quinta (10), na sede da Entidade, em Brasília.

## **Precatórios GDAT: ANFIP pede intervenção das dez superintendências da RFB para solucionar problemas com IRPF**

A ANFIP solicitou a intervenção das dez Superintendências da Receita Federal do Brasil, no sentido de minimizar os problemas protagonizados pelos seus associados/beneficiários, que receberam o precatório da GDAT, de forma a retirá-los da malha fina. Junto à solicitação foi encaminhada a relação dos beneficiários do precatório da GDAT, a título de informação.

Os problemas protagonizados pelos associados/beneficiários são provenientes das informações divergentes, por parte dos bancos e por parte dos beneficiários, ao declarar os valores do precatório da GDAT

As instituições financeiras declararam como Rendimentos Tributáveis normais o valor retido na fonte – 3% (três por cento).

O beneficiário do precatório declarou o valor como “Rendimentos Recebidos Acumuladamente”, conforme Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.227/2011, que se encontra em vigor.

Devido às divergências nas declarações encaminhadas à Receita Federal do Brasil, os beneficiários do precatório caem na Malha Fina e ficam com pendências com a Receita Federal do Brasil.

Sendo assim, a ANFIP tomou providências com o intuito de melhor servir os seus associados e aguarda que seus pedidos sejam atendidos.

Para esclarecer dúvidas entre em contato com o setor jurídico pelos telefones: 0800-7016167 ou (61) 3251-8100, ou por email: [juridico@anfip.org.br](mailto:juridico@anfip.org.br).

## **Projeto aprovado criminaliza exigência de caução em hospital**

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (2), em plenário, projeto de lei que torna crime a exigência de cheque caução, nota promissória ou até preenchimento de formulário prévio para atendimento nas emergências de hospitais particulares. O texto segue agora para votação no Senado. (Mais informações na página da ANFIP na internet.)